

Portugal Invisível



António Dornelas, Luísa Oliveira, Luísa Veloso  
e Maria das Dores Guerreiro (organizadores)

# PORTUGAL INVISÍVEL

Alexandra Oliveira  
Ana Alexandre Fernandes  
Ana Paula Gil  
António Dornelas  
Bernardo Coelho  
Isabel Dias  
Inês Gomes  
João Pedro Silva Nunes  
João Sebastião  
Luís Vicente Baptista  
Luísa Oliveira  
Luísa Veloso  
Maria das Dores Guerreiro  
Maria do Pilar González  
Pedro Abrantes  
Sofia Terlica



LISBOA, 2010

© António Dornelas, Luísa Oliveira, Luísa Veloso e Maria das Dores Guerreiro (organizadores)

António Dornelas, Luísa Oliveira, Luísa Veloso e Maria das Dores Guerreiro (organizadores)

**Portugal Invisível**

Primeira edição: Dezembro de 2010

Tiragem: 600 exemplares

ISBN: 978-989-96783-5-4

Depósito legal:

Composição (em caracteres Palatino, corpo 10)

Concepção gráfica e composição: Lina Cardoso

Capa: Nuno Fonseca

Revisão de texto: Gonçalo Praça e Helena Soares

Impressão e acabamentos: Publidisa, Espanha

Este livro foi objecto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,  
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

**Editora Mundos Sociais**, CIES, ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Tel.: (+351) 217 903 238

Fax: (+351) 217 940 074

E-mail: [editora.cies@iscte.pt](mailto:editora.cies@iscte.pt)

# Índice

Índice de figuras e quadros .....	vii
Sobre os autores .....	ix
<b>Introdução. Em busca de invisibilidades</b> .....	1
<i>António Dornelas, Luísa Oliveira, Luísa Veloso e Maria das Dores Guerreiro</i>	
<b>1 Mercados financeiros. Instituições ocultas e dinâmicas invisíveis</b> .....	7
<i>Sofia Terlica e Bernardo Coelho</i>	
<b>2 Lisboa invisível. Reflexões sobre o trabalho de desocultação das microdinâmicas metropolitanas</b> .....	53
<i>Luís Vicente Baptista e João Pedro Silva Nunes</i>	
<b>3 Portões que se abrem e que se fecham. Processos de inclusão e de segregação nas escolas públicas portuguesas</b> .....	75
<i>Pedro Abrantes e João Sebastião</i>	
<b>4 O trabalho não declarado é invisível?</b> .....	95
<i>António Dornelas</i>	
<b>5 Trabalho doméstico. Trabalho invisível?</b> .....	109
<i>Maria do Pilar González</i>	
<b>6 Assédio moral no trabalho. Vamos fingir que não existe</b> .....	119
<i>Luísa Oliveira e Luísa Veloso</i>	
<b>7 Violência na família. (In)visibilidades de um velho problema social</b> .....	155
<i>Isabel Dias e Maria das Dores Guerreiro</i>	
<b>8 Fora de cena. Invisibilidades sociais na última etapa da trajetória de vida</b> .....	173
<i>Ana Alexandre Fernandes, Ana Paula Gil e Inês Gomes</i>	

- 9 As prostitutas não são coisas que se metam na cama. Subjectividade e poder em acompanhantes e prostitutas de rua..... 199**  
*Alexandra Oliveira e Bernardo Coelho*

## Índice de figuras

### Figuras

1.1	Estrutura simplificada dos mercados financeiros .....	21
1.2	Taxas de rendibilidade de dívida pública (10 anos) .....	32
1.3	Diferencial de taxas de rendibilidade de dívida pública face à Alemanha .....	43
1.4	Credit Default Swaps .....	45
4.1	Estimativa do risco de ser detectado (2007) .....	99
4.2	Incidência do trabalho não declarado (2007) .....	100
4.3	Motivações para a aquisição de bens e/ou serviços que podem incorporar trabalho não declarado (2007) .....	100
4.4	Motivações para realizar trabalho não declarado (2007) .....	101
4.5	Beneficiários do trabalho não declarado .....	102
4.6	Estrutura da parte não remunerada do tempo de trabalho .....	103
4.7	Salários horários médios do trabalho declarado e do trabalho não declarado .....	104
4.8	Probabilidade de realizar trabalho não declarado .....	104
4.9	Riscos não financeiros associados ao trabalho não declarado .....	105

### Quadros

1.1	Alterações de <i>rating</i> para a República Portuguesa .....	31
1.2	Diferencial das taxas de rendibilidade dos títulos de dívida pública a 10 anos entre Portugal e a Alemanha .....	42
4.1	Relação entre as principais categorias de rendimento, produção e emprego informais .....	96
4.2	Trabalho não declarado e economia sombra .....	98
5.1	Duração média das actividades realizadas pela população com 15 e mais anos num dia médio, Portugal 1999 (horas e minutos por dia) ..	111

5.2	Duração média (horas e minutos por dia) das actividades realizadas pelas mulheres e pelos homens com 15 e mais anos num dia médio em Portugal, 1999 .....	113
7.1	Violência doméstica em Portugal, 2009 .....	167

## Introdução

### Em busca de invisibilidades

*António Dornelas, Luísa Oliveira, Luísa Veloso e Maria das Dores Guerreiro*

*Portugal Invisível* perspectiva-se como um ponto de partida para reflectir acerca das *invisibilidades* da sociedade portuguesa. A nossa inspiração foi o livro *La France Invisible*, cujos organizadores referem que constitui um “dispositivo de urgência, para uma situação de urgência social, com o objectivo de propor outras grelhas de leitura a um país que parece não saber mais quem é, acreditando ser transparente para si próprio” (Beaud, Confavreux e Lindgaard, 2006: 8).

O sentido da palavra *invisibilidade*, que inspirou o título desta publicação, é portador de vários significados. *Portugal Invisível* procura abarcar fenómenos da realidade portuguesa que são menos visíveis socialmente. Nuns casos, os aspectos tratados são *invisíveis*, porque ocorrem na esfera da privacidade dos indivíduos e das famílias, como por exemplo a prostituição, ou a vida dos idosos; noutros casos, trata-se dos mundos ocultos do trabalho e das empresas, como as clandestinidades no trabalho ou o assédio moral; noutros casos ainda, porque, fazendo parte do quotidiano e afectando fortemente a nossa vida individual e colectiva, se trata de aspectos incompreensíveis pelo cidadão comum, dada a linguagem codificada que é usada pelos peritos que a dominam, mesmo quando o seu discurso é público, como no caso dos mercados financeiros e das agências de *rating*.

As *invisibilidades* sociais que marcam estes fenómenos ocorrem por razões tão diversas quanto a diversidade temática dos temas abordados neste volume. Muitas vezes são os próprios protagonistas que desenvolvem estratégias de ocultação dessas partes das suas vidas, por vergonha ou por medo da condenação e/ou desvalorização social; noutros casos a ocultação de certas práticas sociais ocorre porque roçam ou ultrapassam a esfera da legalidade, e o medo da condenação judicial ou da perda de emprego prevalece sobre o sentido de justiça; noutros casos ainda, as ilegalidades são cometidas por terceiros e consentidas pelos próprios. Neste último caso, as regras do jogo social são muito semelhantes ao jogo das escondidas que as crianças gostam de fazer, com a cumplicidade tácita dos adultos: tapa-se os olhos para não se ver o lugar onde o outro se esconde, mas deixa-se uma fresta por onde espreitar. Todos sabem os lugares em que uns e outros se escondem, e todos fingem não saber, como no caso da prostituição, de algumas formas de trabalho não

declarado ou, até há pouco tempo, dos efeitos que resultam das avaliações das agências de *rating*. Ou todos conhecem quem, como e porquê se pisam os limites da legalidade e todos fingem não saber, como no caso do assédio moral.

Em muitos dos casos relatados neste primeiro volume, várias ou todas estas razões de ocultação estão presentes simultaneamente, embora possa haver um traço dominante em cada uma delas. E, apesar da diversidade dos temas abordados, há traços que são comuns a todos eles: uma certa cumplicidade tácita que se desenvolve entre os protagonistas destes processos, a vergonha social, o medo e a violência, seja a violência exercidas por terceiros, seja a violência exercida sobre si próprios, consciente ou inconscientemente. A dimensão subjectiva emerge de forma muito evidente como fonte estruturadora destas dinâmicas sociais (Giddens, 1994).

Uma das questões suscitadas pela invisibilidade formal de alguns temas que se abordam neste volume consiste em saber se, de que modo e em que medida a parte “invisível” da realidade social condiciona e influencia as decisões tomadas no lado “visível”. Dito de outro modo, a questão da *invisibilidade* suscita o problema de saber se e em que sentido seriam diferentes as decisões e as práticas das instituições e dos actores sociais perante um reforço da visibilidade crescente de fenómenos mais ou menos conhecidos, mas formalmente invisíveis. Como referem os organizadores da obra que inspirou esta iniciativa, “a existência de invisíveis numa sociedade que dispõe de inúmeros instrumentos para se conhecer convida a repensar a questão dos usos sociais dos dispositivos de acção pública e das instituições” (Beaud, Confavreux, e Lindgaard, 2006: 15).

A crescente visibilidade do papel e das consequências da actividade das agências de *rating* ou a revelação das responsabilidades de hierarquias religiosas na prática e na ocultação de práticas pedófilas parecem sugerir que, do mundo da finança internacional à esfera da vida privada, a alteração das relações entre visibilidade e invisibilidade condicionam comportamentos e são susceptíveis de alterar práticas relevantes e duráveis.

Pelo que foi referido, importa afirmar que perspectivamos uma acepção de invisibilidade sob diversos ângulos e que pode ser objecto de leituras distintas. Propomos três: a *invisibilidade social*, entendendo-a como abarcando realidades sociais que não são visíveis para os cidadãos por razões diversas já salientadas, como é o caso da condição social dos idosos; a *invisibilidade codificada*, aplicada a realidades que perspectivam uma visibilidade colectiva, mas uma invisibilidade individual, como é o caso do trabalho não declarado ou da prostituição; a *invisibilidade sociológica*, patente em realidades escassamente analisadas pelos sociólogos e pelos cientistas sociais em geral, quer por razões associadas à ausência das invisibilidades na agenda política de investigação, quer às dificuldades óbvias que os investigadores encontram para a sua análise, como é o caso da análise dos processos de segregação nas escolas ou do assédio moral nos espaços de trabalho. Estes três tipos não são mutuamente exclusivos, mas permitem esboçar uma reflexão, que cabe a todos os cidadãos, em torno das realidades invisíveis e da urgência do seu reconhecimento social.

À invisibilidade encontram-se frequentemente associadas várias formas e manifestações de violência exercida sobre os indivíduos. Traduzida em acções, palavras, espaços ou intervenções políticas, a violência constitui um traço das sociedades

contemporâneas que oculta situações problemáticas vividas por indivíduos e por grupos sociais que marcam as suas vidas. Já Pierre Bourdieu, na obra *La Misère du Monde*, reúne registos e testemunhos de miséria e salienta a violência subjacente a tais realidades. Aqui, trata-se de salientar que tal não se verifica apenas em situações de miséria e pobreza, mas que abarca pessoas e situações aparentemente longe de percursos de exclusão social. E referimo-nos não apenas a indivíduos, mas também a instituições, empresas e organizações.

Os textos aqui reunidos resultam de um convite que dirigimos a um conjunto de pessoas para nos proporem um texto sobre uma *invisibilidade*. Trata-se de um conjunto heterogêneo de textos, na sua estrutura, dimensão e forma de abordagem dos fenómenos sociais.

Assim, começamos com algumas reflexões sobre traços macroestruturais que marcam as sociedades contemporâneas. O livro começa por propor o texto de Sofia Terlica e de Bernardo Coelho, numa abordagem aos “Mercados financeiros: instituições ocultas e dinâmicas invisíveis”. Os autores destacam o facto de estas constituírem instituições incontornáveis das nossas sociedades e não apenas dos sistemas financeiros. Trata-se de uma análise de uma realidade que ultrapassa as fronteiras nacionais e que, simultaneamente, tem reflexos notórios na vida quotidiana dos indivíduos. Os autores propõem uma reflexão económica e sociológica centrada nas agências de *rating* como caixas negras cujo desvendamento contribui para uma clarificação da arquitectura do sistema financeiro.

Prosseguimos com o contributo de João Pedro Silva Nunes e de Luís Vicente Baptista, “Lisboa invisível: reflexões sobre o trabalho de desocultação das microdinâmicas metropolitanas”, que nos faculta as diversas perspectivas produzidas sobre a cidade de Lisboa, destacando a importância da reflexão sobre os espaços que não se conhecem, sendo tratados como “inexistentes” ou “sombrios”, nas palavras dos autores. Os bairros comumente descritos como *problemáticos* ganham visibilidade, nomeadamente por razões de ordem política, mas os autores chamam a atenção para o facto de nem todos os bairros onde vivem populações social e economicamente carenciadas terem esta etiquetagem de *bairros problemáticos*. Acresce ainda a invisibilidade das zonas de residência dos mais abastados, “os bairros que não fazem as primeiras páginas dos jornais”, como referem Luís Baptista e João Pedro Nunes. A referência a uma regionalização da cidade de Lisboa e aos processos de segregação e estigmatização de alguns dos seus territórios, como é o caso de alguns dos bairros, permite ainda reflectir acerca da “visibilidade cíclica” de que são objecto e que pode constituir um obstáculo à “*desocultação* sociológica” e, logo, à permanência da sua invisibilidade.

As cidades são também constituídas por “Portões que se abrem e que se fecham: processos de inclusão e de segregação nas escolas públicas portuguesas”. Pedro Abrantes e João Sebastião reflectem criticamente sobre as principais transformações recentes do sistema de ensino português e “a chegada da escola a todo o país”. Estas mudanças não deixam, todavia, de ocultar processos sociais de segregação no interior das escolas, dos quais se destacam três: os processos socialmente selectivos de admissão dos alunos às escolas, os de distribuição destes alunos por turmas e os modos de relação dos encarregados de educação com os professores.

Todos evidenciam o papel da escola na manutenção e reprodução das desigualdades sociais e, concomitantemente, a segregação de que são alvo os alunos oriundos de famílias mais desfavorecidas. Como referem os autores, apesar de os processos de generalização e extensão do acesso à educação, prevalecem “processos informais e invisíveis no seio de instituições altamente formalizadas e burocratizadas, como os sistemas educativos nacionais”. A democratização escolar exige, deste modo, que a desocultação de tais processos contribua para a promoção e melhoria do sucesso escolar e a prevenção do abandono que afectam, em particular, os mais desfavorecidos, isto é, aqueles que de mais apoio necessitam nas nossas escolas.

Da escola, avançamos para outra instituição das nossas sociedades: o trabalho. António Dornelas, no seu texto intitulado “O trabalho não declarado é invisível?”, propõe uma reflexão acerca das relações entre trabalho declarado e não declarado, as quais podem resultar de motivações diferentes e ter consequências diversas em vários domínios da vida social visível. Quando ocorre em ligação com situações de emprego declarado, o trabalho não declarado assenta num pacto social oculto, nos termos do qual as vantagens de quem o compra e de quem o vende são obtidas à custa do incumprimento dos deveres fiscais e parafiscais para com a sociedade, e dum acréscimo de riscos de vária ordem que são assumidos, pelo menos em primeira instância, sobretudo por quem o vende, o que reforça a assimetria de posições no mundo do trabalho.

Mas nem sempre é assim, como mostra a investigação sobre o trabalho doméstico, que se sucede neste livro, de Maria do Pilar González, “Trabalho doméstico: trabalho invisível?”, no qual se debate a questão do tempo dedicado às tarefas domésticas, incluindo os cuidados à família, por contraposição ao trabalho mercantil. A par, destaque-se que a sua *invisibilidade*, para além de ocultar o tempo dedicado à realização destas actividades, secundariza os seus benefícios, incluindo os de carácter económico. Referimo-nos ao facto de o trabalho doméstico permitir às famílias usufruir de bens e serviços a um valor inferior ao da sua obtenção no mercado. Mas tal benefício pressupõe o exercício de actividades de trabalho que são desigualmente distribuídas entre os membros do agregado familiar, com um peso acrescido para as mulheres. A adopção de medidas de apoio social às famílias exige, deste modo, a visibilidade destas tarefas, a sua medida e a respectiva tradução na divisão do trabalho.

Prosseguindo na esfera do trabalho, o capítulo 6 desta obra, da autoria de Luísa Oliveira e de Luísa Veloso, foca a dimensão do “Assédio moral no trabalho”, completada com o sugestivo subtítulo “Vamos fingir que não existe”. Discutindo o facto de os espaços de trabalho serem contextos de exercício de actos de violência sobre os indivíduos, as autoras destacam a urgência da sua análise e desvendamento, apresentando casos de vítimas de tais práticas e testemunhos de profissionais que se deparam com estes quotidianamente: advogados e psiquiatras. O assédio moral no trabalho encontra-se relacionado com vários aspectos, dos quais se destaca a adopção, por parte das empresas e das organizações em geral, de métodos de organização do trabalho, de gestão da produção e dos recursos humanos em que alguns dos procedimentos são atentados efectivos à saúde mental e física dos trabalhadores. Os casos multiplicam-se em Portugal e urge uma reflexão crítica

sobre eles por parte das instâncias do poder público, mas também de todos os cidadãos. O capítulo termina com um texto da jornalista Rita Colaço — “A secretária vazia” —, convidada pelos autores para escrever sobre o seu trabalho neste domínio.

Da esfera pública do trabalho avançamos para o domínio privado nos capítulos que se seguem. Dupla invisibilidade. “Violência na família: (in)visibilidades de um velho problema social” são-nos apresentadas por Isabel Dias e Maria das Dores Guerreiro numa reflexão sobre as vítimas de violência doméstica, com destaque para as crianças, as mulheres e os idosos. Mas as autoras salientam também a violência, mais invisível ainda, sobre os homens, infligida pelas mulheres e pelos filhos. Os estudos realizados pelos sociólogos têm sido cruciais para desvendar esta realidade e chamar a atenção para a necessidade de tais análises enformarem medidas de política pública direccionadas para a intervenção sobre este problema social que afecta as famílias portuguesas.

Na esfera da família, Ana Alexandre Fernandes, Ana Paula Gil e Inês Gomes propõem abordar os cidadãos “fora de cena”, e as suas “invisibilidades sociais na última etapa da trajectória de vida”. Trata-se de um olhar mais focalizado sobre, nas palavras das autoras, as “condições sociais dos reformados, dos velhos e dos cuidadores familiares no domínio privado da vida doméstica”. Esta realidade tem vindo a agudizar-se com o aumento do número de pessoas em idade avançada, isto é, com mais de 80 anos. Recorrendo a depoimentos de pessoas idosas e reformadas, discutem-se as consequências que este acréscimo da longevidade tem na estrutura das famílias, na esfera do trabalho e na vivência da designada terceira idade. Os cuidados exigidos são acrescidos, incorporando uma parte do trabalho doméstico não declarado. A trajectória da velhice e da reforma constitui, assim, um domínio de invisibilidade de debate urgente, atendendo ao avolumar desta realidade e à ausência de condições sociais adequadas e diferenciadas para os mais idosos.

O último capítulo deste livro é dedicado à prostituição. Alexandra Oliveira e Bernardo Coelho, com o título sugestivo “As prostitutas não são coisas que se metam na cama: subjectividade e poder em acompanhantes e prostitutas de rua”, propõem uma leitura desta realidade social, focalizando-se em acompanhantes de luxo e em prostitutas de rua, em articulação com a estrutura da sociedade. A reflexão dos autores vai mais longe, argumentando que “não existem desviantes em si mesmos, mas sim uma relação entre actores na qual uns acusam outros de estarem consciente ou inconscientemente a quebrar, com o seu comportamento, limites de determinada situação de interacção”. Ser prostituta de rua ou acompanhante constitui, neste sentido, uma etiquetagem socialmente atribuída e que legitima a sua invisibilidade, porque associada a comportamentos considerados imorais. A invisibilidade social destes grupos sociais acarreta a sua segregação social e impede o pleno gozo dos direitos de cidadania que lhes é devido.

Diz-se, como frase feita, que a prostituição é a profissão mais velha do mundo. Para além de velha, ultrapassa as fronteiras nacionais. Do fim voltamos ao princípio, aos mercados financeiros e à sua amplitude internacional, com consequências na vida quotidiana de todos nós. Invisíveis e omnipresentes, assim são os fenómenos que este livro procura contribuir para desocultar. Numa perspectiva de arranque,

porque é infinita a lista de fenómenos sociais caracterizados pela sua invisibilidade. A pesquisa prossegue.

Terminamos com uma palavra de agradecimento a todos os autores que amavelmente aceitaram este desafio, à Fundação Calouste Gulbenkian pelo apoio financeiro à edição deste livro e ao João Frutuoso, jovem investigador que nos acompanhou e contribuiu para a reunião, organização e visibilidade dos textos.

### **Referências bibliográficas**

- Beaud, S., J. Confavreux, e J. Lindgaard, (orgs.) (2006), *La France invisible*, Paris, La Découverte.
- Giddens, A. (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta.
- Bourdieu, P. e outros (1993), *La misère du monde*, Paris, Seuil.